

CAOS NO RIO

O preço da (in)segurança

Leblon, Jardim Botânico, Urca e Botafogo investem em projetos privados de vigilância

NATÁLIA BOERE
natalia.boere@oglobo.com.br

Em terra onde os roubos de rua aumentaram 96% — numa comparação de janeiro a agosto deste ano com o mesmo período de 2016 —, quem tem olho eletrônico é rei. Pensando assim e seguindo o exemplo da região da Barra, lideranças comunitárias de Botafogo, da Urca e do Jardim Botânico estão se mobilizando para montar centrais de monitoramento em batalhões da PM. E a Associação de Moradores e Amigos (AMA) do Leblon enxerga mais longe: além de um sistema de câmeras, planeja implantar, em dezembro, uma versão local do projeto Segurança Presente, nos moldes do existente na Lapa, na Lagoa, no Aterro do Flamengo, no Méier e no Centro. Nesses bairros, as operações contam com o apoio financeiro da Fecomércio-RJ.

— Empresas, bancos, shoppings e supermercados serão procurados para ajudar o bairro a ganhar o projeto, que deverá custar R\$ 10 milhões por ano. A situação ficou muito séria, o número de assaltos vem aumentando, bandidos armados estão roubando à luz do dia devido à certeza da impunidade. Não vamos esperar ajuda da indústria, e, diante da falta de recursos do governo do estado, não podemos ficar parados — afirmou Evelyn Rosenzweig, presidente da AMA-Leblon.

Procurado pelo GLOBO para comentar a iniciativa, o governador Luiz Fernando Pezão disse, por meio de uma mensagem enviada por celular, que conheceu o projeto da AMA-Leblon e que é favorável à sua implantação.

UM NOVO SEGURANÇA PRESENTE

Segundo Evelyn, o projeto para o bairro foi elaborado em parceria com a Secretaria estadual de Governo, responsável pela criação do programa Segurança Presente. A intenção, informou ela, é contratar 124 policiais da ativa para fazer, em horários de folga, patrulhamento a pé, de bicicleta e de carro no Leblon. Paralelamente, deverão ser instaladas 95 câmeras em pontos estratégicos.

— As imagens das câmeras irão diretamente para o 23º BPM (Leblon), a Secretaria estadual de Segurança e o Centro de Operações Rio, da prefeitura. Queremos otimizar a resposta da polícia. Também teremos duas torres móveis com câmeras que filmam em 360 graus. Esses equipamentos foram doados por uma empresa — destacou a presidente da AMA-Leblon.

A Associação de Moradores e Amigos do Jardim Botânico também se movimentou: planeja instalar nas ruas do bairro 208 câmeras de alta resolução com cabeamento em fibra ótica. Os equipamentos deverão ser fornecidos pela ONG Viver Bem, responsável pela instalação de um sistema semelhante em Niterói que, segundo o Instituto de Segurança Pública, ajudou a reduzir os índi-



Monitoramento. Câmera na Rua Viúva Lacerda, no Humaitá: 125 pontos de Botafogo e arredores ganharão equipamentos; custo de manutenção será dividido entre condomínios

R\$ 10
milhões

Custo anual estimado para o projeto Leblon Presente

124

Número de policiais da ativa que devem patrulhar o Leblon em horários de folga

208

Quantidade de câmeras que deverão ser instaladas em ruas do Jardim Botânico

ces de oito tipos de crimes na cidade. O custo estimado para a montagem do circuito é de R\$ 450 mil, e os gastos com a manutenção deverão girar em torno de R\$ 25 mil por mês. A ideia também é contar com a ajuda de empresas locais.

— Queremos colocar uma central de monitoramento no 23º BPM (Leblon), que atua em nosso bairro, e pagar os salários de pessoas especializadas em vigilância eletrônica. Elas poderão ajudar muito os policiais militares — disse Heitor Wegmann, presidente da AMA-Jardim Botânico.

A iniciativa se repete em Botafogo, onde o 2º BPM (Botafogo) está ganhando uma sala de monitoramento. De acordo com a presidente da associação de moradores do bairro, Regina Chiaradia, ela começou a ser montada há três meses e, em breve, deverá começar a receber imagens em tempo real de 125 pontos da região, incluindo o Humaitá. O custo do projeto será dividido por condomínios: cada participante deverá pagar R\$ 250 por mês.

— Chegamos à fase de apresentação do projeto aos síndicos. É um trabalho de formiguinha. O ideal seria que a prefeitura e o governo do estado bancassem a iniciativa. É lamentável que tenhamos de apelar para um sistema de

segurança privada, porém o povo não aguenta mais ver tanta violência — desabafou Regina.

A Urca deverá se beneficiar da mesma cabine implantada no 2º BPM. A presidente da associação de moradores do bairro, Celi Paradela, disse que vem discutindo com comerciantes e outros líderes comunitários os melhores locais para a instalação de câmeras.

— Será algo bom para todo mundo. As imagens geradas ficarão arquivadas, e poderão ser usadas como provas em situações de delito — pontuou Celi.

A presidente da Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança (Abese), Selma Migliori, calcula que o município do Rio tem hoje cerca de um milhão de câmeras — o que representa um aumento de 30% em relação à quantidade estimada em 2013.

PM APROVA, ESPECIALISTAS SE DIVIDEM

O coordenador de comunicação social da Polícia Militar, major Ivan Blaz, afirmou que "a iniciativa popular é fundamental para os órgãos de segurança pública, sobretudo neste momento de escassez de recursos".

— Não temos qualquer constrangimento de receber esse tipo de apoio —

destacou o oficial, acrescentando que a PM perde, por ano, cerca de 1.100 homens, um déficit que não vem sendo coberto porque concursos para a corporação estão suspensos.

A iniciativa das associações de moradores divide opiniões entre especialistas em segurança pública. O sociólogo Ignácio Cano, do Laboratório de Análise da Violência da Uerj, não vê problema na mobilização; já a socióloga Maria Isabel Couto acha que pode estar sendo criada uma brecha para uma política de justificação.

— O estado tem a obrigação de prover a segurança pública, mas como isso não está acontecendo, entendo os grupos que buscam soluções. Isso é válido desde que não haja transferência de recursos públicos — opinou Cano.

Maria Isabel, no entanto, manifestou preocupação:

— Uma parte da sociedade paga a polícia por segurança; uma outra, não. Quem paga quer exigir mais, e isso pode incentivar a volta do conceito de justificação. Em tese, o poder público deve garantir uma segurança igualitária. O estado não vem enxergando seu papel. ●

Colaborou Antônio Werneck